

Excelência,

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa e a V. Ex.^ª, para efeitos de admissão, proposta de alteração e aditamento à Proposta Decreto Legislativo Regional - 'Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA'; nos termos do n.º 1, do artigo 122.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os nossos melhores cumprimentos.

A Representação Parlamentar do BE/Açores

Zunaid Soang

Horta, 4 de Setembro de 2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 2769 Proc. n.º 102

Data: 013 / 09 / 04 N.º 19 / X

Proposta de Alteração e Aditamento à Proposta de Decreto Legislativo Regional - 'Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA'

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

“

Rejeitado

Artigo 6.º

[...]

1- [...]

2- O pagamento da compensação salarial fica limitado a um máximo de 60 dias por ano.

3- [...]

Rejeitado

Artigo 7.º

[...]

1- [...]

2- [...]

3- **Eliminado**

Rejeitado

Artigo 8.º

[...]

1- [...]

2- [...]

a) [...]

b) **Eliminado**

c) **Eliminado**

d) **Dois** representantes dos trabalhadores da pesca;

e) [...]

f) Um representante do departamento de oceanografia e pescas da Universidade dos Açores.

3- [...]

4- Os membros referidos nas alíneas d), e) e **f)** são designados por despacho do membro do governo regional com competência em matéria de pescas, mediante proposta dos sindicatos e associações de pescadores e armadores.

Rejeitado

Artigo 10-A.º

Definição dos requisitos

1- A definição dos requisitos a preencher pelos beneficiários da compensação salarial consta de regulamento próprio elaborado pelo Conselho Administrativo, no prazo de 90 dias, após a sua tomada de posse.

2- O regulamento, de carácter público, é passível de ratificação pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

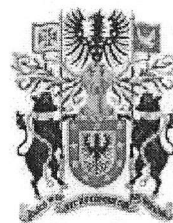
Rejeitado

Artigo 11.º

Eliminado



I Representação Parlamentar I



reputado
Art. 11-A.º

Prazo de deliberação

- 1- O Conselho Administrativo tem 30 dias úteis para deliberação, após solicitação sobre a compensação salarial.**
- 2- O Conselho Administrativo, em caso de deferimento da solicitação, tem 10 dias úteis para proceder ao respetivo pagamento.**

“

A Representação Parlamentar do BE/Açores

Zenaida Soares

Horta, 4 de Setembro de 2013